

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA

CENTRO DE ARTES E LETRAS

CURSO DE GRADUAÇÃO

EM LETRAS – ESPANHOL

ESTUDOS LINGÜÍSTICOS

3º semestre



Ministério
da Educação



Presidente da República Federativa do Brasil

Luiz Inácio Lula da Silva

Ministério da Educação

Ministro do Estado da Educação Fernando Haddad
Secretária da Educação Superior Maria Paula Dallari Bucci
Secretário da Educação a Distância Carlos Eduardo Bielschowsky

Universidade Federal de Santa Maria

Reitor Felipe Martins Müller
Vice-Reitor Dalvan José Reinert
Chefe de Gabinete do Reitor Maria Alcione Munhoz
Pró-Reitor de Administração André Luis Kieling Ries
Pró-Reitor de Assuntos Estudantis José Francisco Silva Dias
Pró-Reitor de Extensão João Rodolpho Amaral Flôres
Pró-Reitor de Graduação Orlando Fonseca
Pró-Reitor de Planejamento Charles Jacques Prade
Pró-Reitor de Pós-Graduação e Pesquisa Helio Leães Hey
Pró-Reitor de Recursos Humanos Vania de Fátima Barros Estivaleta
Diretor do CPD Fernando Bordin da Rocha

Coordenação de Educação à Distância

Coordenador CEAD Fabio da Purificação de Bastos
Coordenador UAB Carlos Gustavo Martins Hoelzel
Coordenador de Pólos Roberto Cassol
Gestão Administrativa Daniel Arenhard

Centro de Artes e Letras

Diretor do Centro de Artes e Letras Edemur Casanova
Coordenadora do Curso de Letras/Espanhol Maria Tereza Marchezan

Elaboração do Conteúdo

Professora pesquisadora/conteudista Silvana Schwab do Nascimento

Equipe Multidisciplinar de Pesquisa e Desenvolvimento em Tecnologias da Informação e Comunicação Aplicadas à Educação – ETIC

Coordenador da Equipe Multidisciplinar Elena Maria Malmann
Sílvia Helena Lovato do Nascimento

Design Instrucional Volnei Antônio Matté
André Krusser Dalmazzo

Desenvolvimento da Plataforma Raul Ceretta Nunes
André Zanki Cordenonsi
Marcos Vinícius Bittencourt de Souza

Gestão Administrativa Lígia Motta Reis
Gestão do Design Diana Cervo Cassol
Designer Evandro Bertol
Designer Marcelo Kunde

ETIC – Bolsistas e Colaboradores

Orientação Pedagógica Diana Cervo Cassol
Débora Marshall
Mariza Gorette Seeger

Revisão de Português Marta Azzolin
Samarlene Pilon
Sílvia Helena Lovato do Nascimento

Ilustração Cauã Ferreira da Silva
Evandro Bertol
Natália de Souza Brondani

Diagramação Emanuel Montagnier Pappis
Maira Machado Vogt
Marcelo Kunde

Suporte Técnico Ândrei Componogara
Bruno Augusti Mozzaquatro

SUMÁRIO

ESTUDOS LINGUÍSTICOS	5
Objetivos	5
Apresentação da disciplina.....	5
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	6
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	6
UNIDADE 1	
LÍNGUA, CULTURA E COGNIÇÃO	7
1.1 As Famílias linguísticas.....	7
1.2 A Diversidade linguística	10
1.3 Universais da linguagem	11
1.4 Repercussões no Brasil.....	13
BIBLIOGRAFIA	14
UNIDADE 2	
LÍNGUA E COMUNICAÇÃO	15
2.1 As correntes pragmáticas	15
2.2 Correntes interacionistas	18
2.1 A teoria sócio-histórica de Vygotsky e Epistemologia genética de Piaget.....	18
2.3 Correntes enunciativas.....	20
2.4 Repercussões dos estudos no Brasil.....	21
BIBLIOGRAFIA	22
UNIDADE 3	
ESTUDOS DO TEXTO E DO DISCURSO	23
3.1 Linguística do texto	23
3.2 Linguística de/do discurso	25
3.3 Linguística da conversação	27
3.4 Repercussões no Brasil	29
BIBLIOGRAFIA	30
UNIDADE 4	
DESCRIÇÃO E ANÁLISE DA LINGUAGEM	31
4.1 Abordagem teórica.....	31
4.2 Técnicas e Procedimentos	31
4.3 Exercício analítico.....	33
4.4 Repercussões dos estudos no Brasil	34
BIBLIOGRAFIA	35

ESTUDOS LINGÜÍSTICOS

OBJETIVOS

Compreender a diversidade dos conceitos básicos que envolvem os estudos linguísticos contemporâneos; diferenciar suas principais correntes; identificar os teóricos basilares, seus textos fontes e seus seguidores no Brasil.

APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA

A disciplina de Estudos Linguísticos tem como objetivos compreender a diversidade dos conceitos básicos que envolvem os estudos linguísticos contemporâneos; diferenciar suas principais correntes; identificar os teóricos basilares, seus textos fontes e seus seguidores no Brasil. Esta disciplina dará prosseguimento às questões estudadas na disciplina de Introdução à Linguística.

Para isso, a disciplina será dividida em quatro unidades básicas, a saber:

- Unidade 1: Língua, Cultura e Cognição
- Unidade 2: Língua e Comunicação
- Unidade 3: Estudos do Texto e do Discurso
- Unidade 4: Descrição e Análise da Linguagem

Em cada unidade, serão trabalhados tópicos relacionados (ver programa) e, após, haverá atividades para aprimorar os conhecimentos adquiridos.

A disciplina possui um total 60 h/a. e, para melhor nos organizarmos, os tópicos de cada unidade serão apresentados a cada semana de estudo.

Bom trabalho!

Silvana Schwab do Nascimento

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- AUSTIN, J.L. **Quando dizer é fazer**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.
- BENVENISTE, Émile. **Problemas de lingüística geral**. Tomos 1 e 2.
- KOCH, Ingedore, V. K. **Desvendando os segredos do texto**. São Paulo: Cortez, 2002.
- MUSSALIN, Fernanda, BENTES, Anna Christina. (orgs.) **Introdução à lingüística**. Tomos 1 e 2. São Paulo: Cortez, 2001.
- PÊCHEUX, Michel. **Discurso: estrutura ou acontecimento**. Campinas: Pontes, 1990.
- PÊCHEUX, Michel. **Discurso: estrutura ou acontecimento**. Campinas: Pontes, 1990.
- SEARLE, John R. **Os actos de fala**. Coimbra: Almedina, 1984
- SILVA, Thaís Cristófar. **Fonética e fonologia do português**. São Paulo: Contexto, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- AUROUX, Sylvain et al. **Les langues du monde**. Paris: Pour la science, 2001.
- BRAIT, Beth. (org.) **Estudos enunciativos no Brasil**: histórias e perspectivas. Campinas: Pontes, 2001.
- FIORIN, José Luiz. (org.) **Introdução à lingüística**. V.1 e 2. São Paulo: Contexto, 2002, 2003.
- FUCHS, Cathérine, ROBERT, Stéphane. **Diversité des langues et représentations cognitives**. Paris: Ophrys, 1997.
- GOFFMAN, Erving. **La mise en scène de la vie quotidienne**. Paris: Minit, 1968.
- QUEIROZ, J.H. de., ZIOTKOVSKI, J. M. **L'Interactionnisme symbolique**. Rennes: Press Universitaires de Rennes, 1994.
- SANTOS GARGALLO, I. **Análisis Contrastivo, análisis de errores e interlengua en el marco de la Lingüística contrastiva**. Madrid: Síntesis, 1993.
- VÁZQUEZ, G. **¿Errores? ¡Sin falta!** Madrid: Edelsa: 1998.
- WIGGINS, G. **Assessing student performance**. San Francisco: Jossey-Bass Publishers, 1993

UNIDADE 1

LÍNGUA, CULTURA E COGNIÇÃO

Nesta unidade, estudaremos questões que envolvem a língua, a cultura e a cognição. Abordaremos as famílias linguísticas, a diversidade linguística, os universais da linguagem e as repercussões destes estudos no Brasil

1.1 AS FAMÍLIAS LINGUÍSTICAS

A expressão *Famílias Linguísticas* surgiu naturalmente para expressar o tipo linguístico das línguas *indo-europeias*. Assim como a expressão *Tronco Linguístico*, a *família* designa determinadas línguas que a ciência decidiu agrupar devido a certas distinções encontradas nesses grupos. Quando as línguas apresentam algum tipo de *parentesco*, diz-se que elas têm *afinidade genética*. Mas como identificar essa *afinidade genética*? Esse não é um trabalho muito fácil e os cientistas da linguagem, depois de estudos comparativos e históricos, dizem que a afinidade pode dar-se em três diferentes graus que serão descritos logo abaixo.

1. Quando as línguas são *geneticamente parentes* e a formação acontece a partir de uma *língua-mãe*. Esse é o tipo menos complicado de estabelecer o parentesco, pois trata-se do percurso linguístico que podemos acompanhar, ou seja, há testemunhos escritos que provam sua origem e evolução até se tornar o que é. Um exemplo muito claro é o caso do latim e das línguas que dele se originam – as línguas românicas.

RECORDANDO

A expansão romana trouxe consigo várias novas línguas. Isso porque, ao dominar determinado povo, os romanos exploravam economicamente a região e permitiam que os conquistados continuassem a utilizar sua língua, pelo menos nos contatos entre si. O latim era uma imposição sim, mas seria ingenuidade acreditar que a língua dos vencedores seria instantaneamente assimilada pelos vencidos, muito pelo contrário, a fala dos dominadores conviveu por décadas – ou séculos – nos locais da conquista e, com o tempo, convivendo com a língua materna de cada povo, foi se perdendo ou se transformando. Essa característica fez com que o bilinguismo fosse recorrente, proporcionando novos falares e, com o tempo, novas línguas.

Lembremos que o latim era imposto sob duas formas: a variedade popular – ou latim vulgar (falado pelo exército, pelos comerciantes e recorrente no meio do povo) – e a variedade erudita (dos magistrados, da jurisdição e da escola). Esta última era vista como

a língua mais elevada em termos de cultura e que abria melhores portas de negócios e ascensão política e social. Também é a variedade que as pessoas melhor conhecem ainda hoje, pois foi o que mais restou devido à vasta produção da literatura aristocrática.

As situações de uso da língua fizeram com que o latim se diversificasse. Isso significa dizer que “um homem público romano, por exemplo, não poderia utilizar a mesma linguagem para discursar no fórum; escrever cartas aos seus amigos e familiares e para dirigir-se aos seus serviçais”(ILARI, Rodolfo. p. 57.), pois cada uma dessas camadas sociais tinha uma forma diferente de uso da língua. Isso promoveu o nascimento de variedades linguísticas dentro da língua latina e foi assim que os estudos linguísticos descobriram as línguas que derivaram do latim.

2. A *Afinidade Genética* também pode se formar a partir da evolução de línguas de uma *protolíngua* comum. Essa forma de *Afinidade Genética* se diferencia da anterior por que a evolução da língua não pode ser testemunhada, mas se chega a essa conclusão por estudos isolados (comparativos) até chegar ao estado mais antigo da língua a que se tem acesso. É o caso da família *Indo-europeia* em que não se pode testemunhar a evolução, mas se pode reconstruir historicamente.

RECORDANDO

No século XVI, os ingleses ampliaram seus domínios sobre o continente indiano e lá conheceram inúmeras línguas faladas pelo povo. Entre elas, descobriram o *Sânscrito* uma língua já morta naquele tempo, mas extremamente importante, pois era considerada a língua da religião, da sabedoria e da poesia, além de ser a língua jurídica – como foi o latim para nós durante muito tempo. Como os britânicos pautavam sua legislação nas leis locais, precisaram familiarizar-se com o *Sânscrito* para impor-se como governo na Índia.

Willian Jones, importante filólogo britânico, estudou as semelhanças do *Sânscrito* com as línguas europeias – em especial o grego e o latim –, percebeu relações muito claras entre elas e lançou a hipótese de que essas línguas teriam uma origem em comum.

A linguagem Sânscrita, seja qual for sua idade, é de uma linda estrutura; mais perfeita que o Grego, mais copiosa que o Latim, e mais precisamente refinada que os dois, ainda compartilha com ambos uma forte afinidade, tanto nas raízes dos verbos quanto nas formas de gramática, mesmo que possivelmente tenha sido criada por acidente; é, na verdade, tão forte, que nenhum filólogo poderia examinar as três sem acreditar que tenham nascido de uma fonte comum, que, talvez, nem exista mais. (ILARI, Rodolfo. p. 38.)

No século XIX, iniciou na Europa o interesse pelo *Sânscrito* e a análise de semelhanças ou parentesco entre línguas. É com Friedrich Schlegel que se ouve falar em 'gramática comparada' e 'estrutura mais profunda'. É com ele também que se passa a ver a língua de forma científica, mas puramente histórica.

Franz Bopp, no mesmo período, dedicou-se também aos estudos comparados e chamou a atenção para o fato de que a conjugação dos verbos (do *sânscrito* comparado ao grego, ao latim, ao persa e ao germânico) seguia o mesmo modelo em todas as línguas referidas. Bopp desenvolveu um método comparativo e, com isso, foi considerado o marco do surgimento da linguística histórica, o que mais tarde possibilitou comprovações para outras línguas.

Essa descoberta da semelhança entre as línguas e a evidência de que existe entre elas uma relação de parentesco (principalmente entre as línguas europeias, de onde saíram os estudos) denota que elas constituem uma *família* a que foi dado o nome *indo-europeu* e a ele (ao *indo-europeu*) se pode chegar através do método comparativo.

3. Há também como encontrar a *Afinidade Genética* através de semelhanças encontradas no léxico (vocabulário) – mas, como destaca Storig, devemos lembrar que muitas vezes as palavras podem ser adotadas sob a forma de empréstimo, como, por exemplo, *mouse* na língua portuguesa. Não há nenhuma relação de parentesco com a língua inglesa, o vocábulo apenas foi tomado emprestado. Além do léxico, a gramática e a fonética podem sugerir hipóteses de parentesco entre línguas. É importante salientar que, em alguns casos, a ciência se vê obrigada a formar *grupos regionais*, abrangendo falares de uma mesma área, e não *famílias linguísticas*.

Nosso estudo vai deter-se na análise das línguas indo-europeias. Entretanto, vamos citar algumas famílias de línguas *não-indo-europeias* para que você tenha uma visão panorâmica das famílias linguísticas até hoje associadas.

As línguas *não-indo-europeias* da Europa e da Ásia compreendem o *basco* que é uma língua europeia isolada e não pertence a nenhuma família; as línguas *urálicas*; as línguas *camito-semíticas* dentre as quais se destacam o hebraico e o árabe; as línguas *altaicas* – antigo chinês, turco e mongólico; as línguas *caucásicas*; as línguas *sino-tibetanas* dentre as quais o chinês é o mais importante; as línguas *dravídicas* – línguas da Índia e do Sri Lanka (sem esquecer de que em boa parte da Índia se fala uma língua indo-europeia, o *híndi*, que ocupa o primeiro lugar como língua oficial); ainda há as línguas *do Pacífico*, as *línguas ameríndias* (indígenas da América) e as línguas da *África Negra*.

VOCÊ SABIA QUE...

1. os gregos escrevem da esquerda para a direita, mas isso nem sempre foi assim. As inscrições mais antigas mostram que eles alternavam, ou seja, uma vez da direita para esquerda, outra da esquerda para a direita, o que nos conduz ao modelo originalmente fenício.
2. o japonês é uma das línguas mais importantes da atualidade devido a sua posição mundial e ao número de falantes – quase 125 milhões – e que houve esforços no que se refere a uma *romanização* da escrita, mas os japoneses se mantiveram fieis a seu sistema, parte por tradição e parte porque a escrita difícil para estrangeiros serve para isolá-los.
3. o coreano é uma língua independente e o parentesco com o japonês é afirmado, mas nunca comprovado.

EXERCÍCIO

Consulte o ambiente ou entre em contato com o seu professor ou tutor para saber mais detalhes sobre as atividades referentes aos assuntos vistos até aqui.

1.2 A DIVERSIDADE LINGÜÍSTICA

A língua é viva e como tal sofre variações no tempo e no espaço. As variações no tempo são aquelas que vimos no item anterior, quando falamos sobre a evolução das línguas e sua associação em famílias pelos linguistas (de acordo com Saussure, essa foi uma análise *diacrônica*).

A variação linguística no espaço é o que vai tratar esta parte de nosso estudo. Isso significa dizer que a língua varia dentro de uma comunidade de fala, já que, dentro de uma mesma sociedade ou nação, existem diferenças linguísticas visíveis (a esse tipo de estudo chamou Saussure análise *sincrônica*).

As diferenças linguísticas no espaço geográfico se dão através de características sociológicas como educação, profissão, grupos com quem as pessoas convivem, etc. Nesse sentido, um mesmo indivíduo pode empregar diferentes formas de falar, dependendo da situação em que se encontra. Um exemplo disso é a forma como selecionamos nosso vocabulário para relatar um fato aos membros de nossa família e relatar o mesmo acontecimento ao nosso chefe ou explicá-lo em um ambiente em que muitas pessoas desconhecidas estão nos ouvindo. São situações diferenciadas de uso da linguagem que exigem do falante uma *variação* da linguagem.

As variações linguísticas podem ocorrer no léxico quando, em diferentes regiões em que se fala a mesma língua, são utilizados vocábulos diferentes para se referir a mesma coisa (*mandioca, ai-pim* ou *macaxeira*, por exemplo); podem ocorrer a nível fonético quando observamos a forma de falar de um gaúcho, de um carioca

e de um nordestino, por exemplo (todos falam a língua portuguesa e se entendem, mas as diferenças são muito fortes); e as variações linguísticas ainda podem ocorrer morfológicamente quando, para citar um exemplo, o falante usa o infinitivo *andar*, mas não pronuncia o *-r* do final da palavra e assim pronuncia *andá*. Também é possível, num mesmo espaço geográfico, coexistirem línguas diferentes (como é o caso de regiões de fronteira).

Entretanto, a variação linguística pode ocorrer no nível sintático também. É muito comum ouvirmos as pessoas pronunciarem a seguinte sentença: *Ela estava com nós* quando, na língua padrão (ou língua culta), o correto seria *Ela estava conosco*. Esse é um exemplo de variação a nível sintático e, dependendo do nível de escolaridade do falante, será o emprego da norma.

Quando falamos em norma, estamos nos referindo a uma variedade linguística também, pois a variante *culta* ou *padrão* é regida pela norma e também é aquela que goza do prestígio da comunidade linguística. Seria como dizer que *fala bem quem conhece e aplica adequadamente as regras gramaticais*. Por outro lado, existe a variante *coloquial*, *não-padrão* ou *informal* que é aquela que não se preocupa com a norma e prioriza apenas a comunicação. Seria como dizer que *não importa a forma como se fala, o importante é ser compreendido*. Isso acontece em todas as línguas e reflete o nível social de cada falante. Por exemplo, a variante *culta* ou *padrão* prevê a conjugação como *vieste* para a segunda pessoa do singular *tu*, mas não é isso que acontece na maioria das situações de uso dessa conjugação. Boa parte dos falantes (da região sul do país, pois nos demais estados a segunda pessoa do singular já foi abolida) utiliza *tu veio*. Para os gramáticos, um crime, para os linguistas, uma variação da linguagem.

* Quando um mesmo vocábulo, conforme a localização geográfica, é pronunciado de formas diferentes, chamamos de variação diatópica.

* Quando a situação (formal ou informal) faz com que o falante use determinado vocábulo, chamamos de variação diafásica.

EXERCÍCIO

Consulte o ambiente ou entre em contato com o seu professor ou tutor para saber mais detalhes sobre as atividades referentes aos assuntos vistos até aqui.

1.3 UNIVERSAIS DA LINGUAGEM

Você já se perguntou que motivo nos leva a estudar uma língua da qual já somos falantes proficientes? É isso mesmo que faze-

mos ao estudar por anos ininterruptos a disciplina de Língua Portuguesa e, por mais difícil que seja a compreensão disso, há uma explicação bastante convincente.

O fato é que precisamos aprender, além de ler e escrever, as variantes – abordadas no tópico anterior – mais aceitas, tidas como mais elegantes, linguisticamente falando, para que possamos construir textos melhor elaborados, melhor argumentados e para que dominemos – ou melhoremos – a análise da norma culta na nossa língua materna. O que se busca, no fim disso tudo, é que o aluno seja capaz de utilizar com melhor adequação o conhecimento linguístico que ele já adquiriu antes mesmo de entrar para a escola.

Poderíamos exemplificar isso da seguinte maneira: uma criança, quando entra na escola, já sabe construir uma sentença do tipo *tinha um gatinho na árvore do quintal*. Ela também já é capaz de construir essa e muitas outras sentenças de forma afirmativa, negativa, interrogativa e não é esse tipo de ensino que a escola vai se propor a dar, mas, a partir daquilo que a criança já sabe, proporcionar formas para que ela crie, aumente, aprimore seu vocabulário (entre outras coisas). Nesse sentido, a escola vai lhe ensinar que, em situações mais formais, é mais adequado que ela utilize o verbo *haver* ao invés do verbo *ter* e vai chegar um tempo em que essa mesma criança poderá construir a mesma sentença de forma mais elaborada: *Havia um pequeno felino sobre um alto ramo do grande carvalho situado no jardim atrás de nossa casa*. É possível, portanto, observar que há dois tipos de conhecimento: um que se adquire independentemente dos contextos escolares e outro que é a escola quem dará.

Noam Chomsky, no final da década de 1950, lançou uma teoria descrevendo e explicando características particulares do conhecimento linguístico que se desenvolve amplamente, independentemente de instrução, nos primeiros anos de vida de um ser humano. Ela foi chamada *Teoria Gerativa* e declara que todos nós seres humanos nascemos dotados de uma faculdade da linguagem, há algo em nosso cérebro/mente que é dedicado exclusivamente à língua (inatismo).

A *Gramática Gerativa* afirma que todos temos uma gramática interna inicial, ou seja, qualquer criança, em qualquer parte do mundo é dotada da mesma faculdade da linguagem que qualquer outra em qualquer outro lugar do planeta. Assim, se crescer em um ambiente linguístico que fala português ou inglês ou holandês ou japonês, a criança vai desenvolver o conhecimento de qualquer dessas línguas, pois traz dentro dela a informação genética da linguagem no seu estado inicial. Isso vai se desenvolver à medida e dependendo do meio a que é exposta, independente de suas condições socioeconômicas. Segundo o teórico, o conhecimento adquirido só acontece por meio da interação, da participação da criança nas relações linguísticas dentro de sua comunidade de falantes.

Esse estado inicial tem sido chamado *Gramática Universal* e é compreendido como um conjunto de princípios linguísticos determinados geneticamente.

OBJETIVOS CENTRAIS DA GRAMÁTICA GERATIVA

1. a descrição do conhecimento linguístico atingido por qualquer falante de qualquer língua;
2. a caracterização da Gramática Universal;
3. a explicação dos processos que levam uma criança da Gramática Universal para o conhecimento de sua língua.

1.4 REPERCUSSÕES NO BRASIL

Vários estudos têm sido realizados no país sobre os tópicos mencionados nos itens acima. Podemos destacar como um grande expoente o nome de Rodolfo Ilari (ver bibliografia abaixo) e, na temática da diversidade linguística, Dino Preti, com a obra **Socio-linguística – os níveis da fala** (1977).

Quanto à Gramática gerativa, leia o artigo "TRINTA ANOS DE SIN-TAXE GERATIVA NO BRASIL de Mary A. KATO (UNICAMP) e Jânia RAMOS (UFMG/CNPq) em D.E.L.T.A., Vol. 15, N.º ESPECIAL, 1999 (105-146) disponível em <http://www.scielo.br/pdf/delta/v15nspe/4013.pdf>.

EXERCÍCIO

Consulte o ambiente ou entre em contato com o seu professor ou tutor para saber mais detalhes sobre as atividades referentes aos assuntos vistos até aqui.

BIBLIOGRAFIA

FIORIN, J.L. (Org.). **Introdução à Linguística I. Objetos Teóricos.**
4.ed. São Paulo: Contexto, 2005

ILARI, R. **Linguística Românica.** São Paulo: Ática, 1997.

STORIG, H. J. **A aventura das línguas uma história dos idiomas no mundo.** São Paulo: Melhoramentos, 2003.

UNIDADE 2

LÍNGUA E COMUNICAÇÃO

Nesta unidade, estudaremos algumas das principais correntes dos estudos linguísticos, tais como: correntes pragmáticas, interacionistas, enunciativas e repercussões desses estudos no Brasil.

2.1 AS CORRENTES PRAGMÁTICAS

Na segunda metade do século XX, a Linguística dará um novo re-dimensionamento em seus estudos. Os estudiosos em vez de se preocuparem com a estrutura abstrata da língua (como faziam, por exemplo, Chomsky e Saussure) irão estudar os fenômenos ligados ao *uso* que os falantes fazem da língua.

Nesse sentido, a Pragmática estuda os fatores que regem nossas escolhas linguísticas na interação social e os efeitos de nossas escolhas sobre as outras pessoas. Na teoria, podemos dizer qualquer coisa que quisermos. Na prática, seguimos um grande número de regras sociais (a maioria delas inconscientemente) que regem nosso modo de falar. Não há lei, por exemplo, que diga que não se pode contar piadas durante um enterro, mas em geral não se faz isso. Também há normas de formalidade e polidez que assimilamos e que seguimos quando falamos com pessoas mais velhas ou do sexo oposto.

De que tratam então os estudos linguísticos pragmáticos ou pertencentes à área da Pragmática?

Não temos uma resposta apenas, mas sim várias devido ao grande número de trabalhos na área, cada um com tema e objetivos variados. Podemos dizer que a Pragmática trabalha com a diversidade e por isso caracteriza-se como uma área heterogênea. Vários autores têm propostas semelhantes de estudo no ramo. Para Haberland & Mey (1977) a **Pragmática** analisa, de um lado, o uso concreto da linguagem, com vistas em seus usuários, na prática linguística; e, de outro lado, estuda as condições que governam essa prática. É a ciência do uso linguístico, aposta nos estudos da linguagem, levando em conta também a fala, e nunca nos estudos da língua isolada de sua produção social.

Nessa perspectiva os estudos pragmáticos pretendem definir o que é linguagem e analisá-la trazendo para a definição conceitos de **sociedade** e **de comunicação** descartados pela linguística saussureana na subtração da fala, ou seja, na subtração das pessoas que falam.

Além disso, na Pragmática, os fenômenos linguísticos não são puramente convencionais, mas são constituídos por elementos criativos e inovadores que se alteram e interagem durante o processo de uso da linguagem. Nesse âmbito, o material a ser analisado nos estudos pragmáticos pode ser variado, tais como: diálogos colhidos

entre falantes de uma comunidade, textos literários, humorísticos, material linguístico-visual como cartuns e propagandas.

A Pragmática é fruto de movimentos filosóficos em direção aos problemas relativos ao uso da linguagem. É importante traçar aqui um breve percurso dos estudos da Pragmática:

Na Década de 60, o formalismo semântico entra em crise. Filósofos e linguistas começam a perceber a importância de sistematizar as questões inerentes à linguagem natural, tentando descrever sua natureza e explicar como ela funcionava. Surge então a pragmática linguística moderna destacando Austin (1962) e Searle (1969) – os primeiros a sistematizar de fato aspectos pragmáticos da linguagem.

Austin (1962), em sua teoria dos “Atos de fala”, propõe que toda utilização da língua constitui um ato, que denominou ato de fala e o significado das expressões e sentenças é determinado segundo as condições de satisfação dos atos de fala. Dessa forma, o estudioso irá debater a realidade de ação de fala, ou seja, a relação entre o que se diz e o que se faz – o fato de que se diz fazendo, ou se faz dizendo. Exemplo: “Eu ordeno que você saia”, “Proclamo-o eleito vereador”.

Devido à diversidade de trabalhos na área da pragmática, vamos citar aqui as três principais correntes de estudos pragmáticos:

- **Pragmatismo americano:** estudos semiológicos de William James.
- **Estudos de atos de fala:** inglês Austin.
- **Estudos da comunicação:** preocupação firmada nas relações sociais, de classe, de gênero, de raça e de cultura, presentes na atividade linguística.

É importante destacar aqui alguns autores que são referência para a Pragmática: Oswald Ducrot e Émile Benveniste, e o americano Grice. Hoje os estudos desses autores podem ser associados à Semântica Argumentativa e Análise da Conversação.

Enfocaremos aqui, brevemente, a teoria dos Atos de Fala de Austin devido a sua importância para os estudos da área da Pragmática. **Austin:** concebe a linguagem como uma atividade construída pelos interlocutores, ou seja, é impossível discutir linguagem sem considerar o ato de linguagem, o ato de estar falando em si – linguagem não é descrição do mundo, mas **ação**.

Austin considera os seguintes tipos de enunciados na conversação:

- a. **Enunciados performativos:** aqueles que realizam ações porque são ditos. Exemplo: “Eu te batizo em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo” – “pratica” uma ação enquanto é enunciado.
- b. **Enunciados constativos:** que realizam uma afirmação, falam de algo.
Exemplo: “A mosca caiu na sopa”.

Além disso, divide os atos de fala em:

- a. **Atos locucionários:** que dizem alguma coisa – conjunto de sons que se organizam para efetivar um significado. “Eu vou estar em casa hoje”.

É também um ato de predição (manifesta algum pedido) que atribui características, propriedades, estados, comportamentos. Ex.: A turma é estudiosa.

- b. **Atos ilocucionários:** refletem a posição do locutor em relação ao que ele diz. Força que o enunciado produz (pergunta, afirmação, promessa).

“Eu vou estar em casa hoje” (promessa, afirmação). Vai depender muito do contexto.

Nesse âmbito, é intencional; é a própria intenção. Atribui a uma proposição determinada força (de pergunta, ordem, promessa) – Eu prometo te ajudar.

- c. **Atos perlocucionários:** produzem certos efeitos e consequências sobre os alocutários, sobre o próprio locutor ou sobre outras pessoas. Efeito produzido na pessoa que ouve o enunciado: agrado, ameaça.

Consiste no ato de realizar um ato ilocucionário. Diz respeito ao efeito que seu locutor pretende com seu ato ilocucionário provocar no seu ouvinte. Ao realizar uma promessa, estamos executando um ato perlocucionário.

Os três níveis atuam simultaneamente no enunciado.

Quanto aos estudos atuais da Pragmática, como já dito, há uma diversidade de trabalhos. Trabalhos discutem, por exemplo, a relação dos signos com a prática da linguagem para evidenciar o processo inovador da conversação humana. Aspectos linguísticos são sistematicamente submetidos a exames para valorizar sua condição de constituinte social. As variantes sintáticas e fonológicas são estudadas pela sua significação social para os/as falantes. O bilinguismo é analisado como construtor e mantenedor das hierarquias sociais em países colonizados. Os relatos de mulheres são interpretados no que transmitem de suas auto-imagens e das imagens que o universo masculino tem delas.

A Pragmática hoje defende um quadro de pesquisa sobre, para e com sujeitos sociais, um quadro metodológico que permita aos pesquisadores e pesquisadoras interagirem integralmente com seus informantes, discutir com eles seus interesses e avaliar a repercussão de afirmações conclusivas do trabalho teórico.

EXERCÍCIO

Consulte o ambiente ou entre em contato com o seu professor ou tutor para saber mais detalhes sobre as atividades referentes aos assuntos vistos até aqui.

2.2 CORRENTES INTERACIONISTAS

Abordaremos duas correntes interacionistas que se destacam no meio educacional: a Teoria Sócio-histórica de Vygotsky e a Epistemologia genética de Piaget, que apresentam pontos de contato e algumas diferenças. A Análise das teorias interacionistas apresenta parte do pressuposto que a interação provoca mudanças recíprocas (indivíduo e meio) e que dessa interação, entre fatores internos e externos, vão resultando as características do indivíduo.

Além dessas duas teorias, abordaremos, brevemente, a questão da aquisição da linguagem na visão interacionista, tendo como texto-fonte a obra **Ensino de Português e Interatividade**, de Marcos Gustavo Richter.

2.1 A TEORIA SÓCIO-HISTÓRICA DE VYGOTSKY E EPISTEMOLOGIA GENÉTICA DE PIAGET

Os pressupostos da teoria sócio-histórica ou sócio-interacionista representados, especialmente, por Vygotsky, (1979, 1986) demonstram uma preocupação fundamental com a interação social no desenvolvimento humano. O papel do meio social não é ativador, mas formador das funções psicológicas, uma vez que, variando o ambiente social, o desenvolvimento também variará. O desenvolvimento se dá pela apropriação ativa do conhecimento que existe na sociedade, e tanto o desenvolvimento quanto a aprendizagem exercem influências recíprocas. Essa teoria chama atenção para as infinitas possibilidades nas interações sociais e das mudanças de sentidos e significados.

Nessa teoria, a aprendizagem é, por natureza, um fenômeno social, a aquisição do novo conhecimento resulta da interação daquele que participa de um diálogo. É importante destacar também o conceito de “Zona de Desenvolvimento Proximal”, desenvolvido por Vygotsky (1986), que define que o indivíduo é capaz de fazer em cooperação, o que será capaz de fazer sozinho no futuro, ou seja, significa a distância entre o desenvolvimento real e o potencial, o que está próximo e ainda não foi atingido, sendo a aprendizagem uma atividade mediada pelo outro. Através de atividades mediadas os conceitos espontâneos são transformados em conceitos científicos, promovendo níveis mais elevados de desenvolvimento.

De acordo com os pressupostos teóricos da denominada Epistemologia Genética ou Teoria Psicogenética de Jean Piaget, o conhecimento é definido como o resultado da interdependência entre o sujeito e o objeto de conhecimento, onde a atividade organizadora do sujeito é fundamental, respondendo e agindo sobre os estímulos externos para construir e organizar o seu próprio conhecimento (CASTORINA, 1998).

Segundo Piaget, (1973), a aprendizagem ocorre através de um processo operatório, reflexivo e criativo, onde o sujeito é capaz de elaborar problemas recorrendo às possibilidades de sua estrutura cognitiva. O desenvolvimento mental se dá como uma sucessão de períodos ou estágios e a aprendizagem se produz no próprio processo de interação do sujeito com o objeto de conhecimento, quando aquele assimila este às suas estruturas e as acomoda às modificações ou ações do meio. A noção de invenção (criação/novidade) é uma das hipóteses centrais dessa teoria.

Conforme Piaget (1966), a vida é auto-regulação, e para manter um equilíbrio dinâmico com o meio ambiente, desenvolvemos a inteligência. Quando o equilíbrio se rompe, o indivíduo age sobre o que o afetou, buscando se reequilibrar. Esse processo ocorre a partir de uma dificuldade/problema (desequilíbrio) e a necessidade de resolvê-la. Ao perceber essas dificuldades, o próprio sujeito desencadeia um movimento de busca de novas soluções no mundo externo (a adaptação que ocorre pela acomodação e assimilação). Dessa forma, entra em ação uma série de operações mentais visando a volta ao estado de equilíbrio inicial, (nova equilíbrio/organização), sendo um processo de construção contínuo e indefinido. Como resultado da atividade/pensamento do sujeito, a aprendizagem depende do desenvolvimento das suas estruturas cognitivas e da interação do aluno com o objeto de conhecimento, devendo ser respeitadas a fase/etapa de desenvolvimento de cada um.

2.2.2 A TEORIA INTERACIONISTA

Na visão interacionista, a aquisição da linguagem resulta da interação entre dois fatores:

- a. o programa mental inato do aprendiz;
- b. a linguagem produzida conjuntamente pelo aprendiz e um interlocutor com domínio da língua.

Nessa visão, a aprendizagem da língua pela criança se dá tanto pela “linguagem que entra” como também pela que “sai”, isto é, “o cérebro constrói a língua monitorando também a eficiência com que as respostas ou iniciativas verbais do aprendiz dão certo no relacionamento com os outros” (RICHTER, 2000, p. 26).

A linguagem, na visão interacionista, é trabalho humano, ou seja, é fruto de uma mediação do ambiente natural e social. O homem cria os meios sociais para produzir sua existência concreta e histórica: os instrumentos e os signos (verbais e não-verbais). Esses mediadores se colocam entre o homem e o mundo, de maneira que a comunidade determina os meios de produção (instrumentos e signos) e os meios de produção determinam os bens culturais (que bens existem na cultura e como são).

EXERCÍCIO

Consulte o ambiente ou entre em contato com o seu professor ou tutor para saber mais detalhes sobre as atividades referentes aos assuntos vistos até aqui.

2.3 CORRENTES ENUNCIATIVAS

Ao falarmos em correntes enunciativas, damos destacamos aqui que há várias teorias da enunciação com trabalhos de Charles Bally, Roman Jakobson, Émile Benveniste, Oswald Ducrot, Jacqueline Authier-Revuz entre outros. A perspectiva adotada aqui terá como base a obra de Flores, Silva, Lichtenberg e Weigert (2008), que apresentam alguns aspectos da Teoria da Enunciação de Émile Benveniste.

Estudar a linguagem na teoria da enunciação é estudá-la do ponto de vista semântico, o que não significa que outros níveis de análise não sejam, abordados. Podemos dizer que na teoria da enunciação o núcleo é o sentido e os demais níveis da análise linguística (morfologia, sintaxe, fonologia, etc.) estão submetidos ao sentido.

Uma questão bastante importante de destacar-se, nos estudos enunciativos, é a diferença entre enunciado e enunciação. Segundo Flores et al. (2008, p. 36), os linguistas do campo enunciativo se interessam

por fenômenos linguísticos cuja descrição implique referência ao ato de produzir o enunciado. Esses estudiosos analisam o processo (enunciação), e não o produto (o enunciado). Evidentemente, o processo somente pode ser analisado a partir das marcas que deixa no produto. Em outras palavras, a enunciação – ou melhor dizendo – a estrutura enunciativa – é uma instância pressuposta que está na origem de qualquer enunciado. Ela não é observável em si, ela é, por natureza, efêmera. O observável são as marcas da enunciação no enunciado.

A teoria da enunciação de Benveniste mostra uma visão de língua diferente daquela que já vimos em Saussure. Para Benveniste, a língua é vista como essencialmente social, concebida no consenso coletivo: "somente a língua torna possível a sociedade. A língua

constitui o que mantém juntos os homens, o fundamento de todas as relações que por seu turno fundamentam a sociedade” (1989, p. 63). A linguagem será então o lugar onde o indivíduo se constitui como falante e como sujeito.

Benveniste preocupava-se com a questão da subjetividade na linguagem. Segundo Benveniste (1991, p.288), a subjetividade é entendida como *“a capacidade do locutor para se propor como “sujeito”*. Essa proposição como sujeito tem como condição a linguagem. *“É na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como sujeito; porque só a linguagem fundamenta na realidade, na sua realidade que é a do ser, o conceito de ego”*. Assim sendo, essa propriedade da subjetividade é determinada pela pessoa e o seu status linguístico.

Além disso, para o referido autor, a subjetividade é percebida materialmente num enunciado através de algumas formas (dêixis, verbo) que a língua empresta ao indivíduo que quer enunciar; e quando o faz transforma-se em sujeito. Classifica essas marcas linguísticas, que têm o poder de expressar a subjetividade, os pronomes e o verbo, integrando essas duas classes de palavras na categoria de pessoa, proposta em 1946.

Numa visão geral, essas são algumas das ideias defendidas por Benveniste na sua teoria da enunciação. Para discutir essas temáticas, acesse o ambiente e contate o professor da disciplina que apresentará mais sugestões de leituras.

2.4 REPERCUSSÕES DOS ESTUDOS NO BRASIL

Há vários trabalhos no Brasil no campo da enunciação. Destacamos aqui o Grupo de Estudos Enunciativos da Linguagem (GEEL), sediado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), que reúne pesquisadores de diferentes instituições, que há mais de dez anos, vêm discutindo a obra de Émile Benveniste com o objetivo de “desenvolver princípios teórico-metodológicos de descrição da língua portuguesa pelo viés enunciativo. Os resultados deste trabalho são verificáveis na produção de teses, dissertações, livros, artigos, etc. (FLORES et al., 2008, p. 9).

EXERCÍCIO

Consulte o ambiente ou entre em contato com o seu professor ou tutor para saber mais detalhes sobre as atividades referentes aos assuntos vistos até aqui.

BIBLIOGRAFIA

BENVENISTE, E. O aparelho formal da enunciação. In: **Problemas de Lingüística Geral II**. 3 ed. São Paulo: Pontes, 1989.

____. A natureza dos pronomes. In: **Problemas de Lingüística Geral I**. 3 ed. São Paulo: Pontes, 1991.

CASTORINA, José A. **Piaget-Vygotsky**: novas contribuições para o debate. São Paulo: Ática, 1998.

FLORES, V. N.; SILVA, S. LICHTENBERG, S. & WEIGERT, T. **Enunciação e gramática**. São Paulo: Contexto, 2008.

MUSSALIM, F. & BENTES, A, C. **Introdução à linguística**: domínios e fronteiras. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

PIAGET, Jean. **O nascimento da Inteligência na criança**. Tradução: Álvaro Cabral. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1966.

RICHTER, M. G. **Ensino de português e interatividade**. Santa Maria: UFSM, 2000.

WEEDWOOD, B. **História concisa da Linguística**. São Paulo: Parábola, 2002.

UNIDADE 3

ESTUDOS DO TEXTO E DO DISCURSO

Nesta unidade, estudaremos a Linguística do texto, a Linguística de/ do discurso, a Linguística da conversação e as repercussões desses estudos, bem como alguns de seus principais representantes.

3.1 LINGUÍSTICA DO TEXTO

A Linguística Textual ocupa-se com questões que envolvem o texto e tem como marcos a década de 60 e a Europa. Vai além da gramática tradicional, já que esta apenas descreve o modo como são organizados os elementos na frase e não dá conta de questões que envolvem o texto. Desenvolve questões que dizem respeito ao encadeamento de elementos para a obtenção da coerência e, conseqüentemente, do sentido do texto como um todo.

Na tentativa de suprir as falhas encontradas na gramática tradicional, a Linguística Textual assume, como objeto de investigação, o texto, e não mais a frase isolada. O texto é visto como a unidade básica de manifestação da linguagem. Considerando que o homem se comunica através de textos, só é possível explicar diversos fenômenos a partir do estudo do texto.

A concepção de linguagem adotada pela Linguística Textual fundamenta-se numa visão sociocomunicativa. Ela parte do texto para recuperar a situação de comunicação, parte do produto buscando nele encontrar vestígios da situação extralinguística.

É nesse sentido que, para a Linguística Textual, o texto é foco de estudos. Por meio dele são resgatados os diferentes aspectos que ocorrem numa determinada situação comunicativa.

Questões fundamentais da Linguística Textual são as definições de texto e discurso. Para Fávero & Koch (1988), o termo “discurso” é usado para a linguagem verbal e define-se como a atividade comunicativa de um falante, numa situação de comunicação dada, englobando os enunciados produzidos pelo locutor e o evento da comunicação. O “discurso” é manifestado linguisticamente por meio de textos.

O termo “texto”, para as autoras, pode ser usado em duas acepções. A primeira, no sentido lato, designa toda e qualquer manifestação da capacidade textual do ser humano (um poema, uma música, um filme). A segunda, em sentido estrito, consiste em qualquer passagem, falada ou escrita, que forma um todo significativo, independente de sua extensão.

Também estudiosos como Koch e Travaglia (1993) conceituam os termos “discurso” e “texto”. O discurso é considerado como toda a atividade de comunicação de um locutor, numa situação determinada, levando em conta, além dos enunciados produzidos por

esse locutor, todo o “evento da enunciação”. O texto, por sua vez, é entendido como uma unidade linguística concreta (perceptível pela visão ou audição), que é tomada pelos usuários da língua (falante/escritor/ouvinte/leitor). Essa unidade linguística se dá numa situação de interação comunicativa específica, como unidade de sentido e como preenchendo uma função reconhecível e reconhecida, independente da sua extensão.

Diretamente ligadas à questão do texto, na Linguística Textual, estão as noções de textualidade e coerência. Segundo Beaugrande & Dreesler (1981), o que faz com que um texto seja um texto ou uma ocorrência comunicativa é a presença de critérios ou padrões de textualidade: coesão, coerência, intencionalidade, aceitabilidade, informatividade, situacionalidade e intertextualidade. Ainda cabe ressaltar que, para os mesmos autores, os dois primeiros padrões de textualidade, ou seja, a coesão e a coerência são noções centradas especificamente no texto, enquanto que os demais são centrados no emissor/receptor do texto. Enfocaremos aqui, especificamente, a coesão e a coerência.

A coesão refere-se aos componentes da superfície do texto e está relacionada à maneira como os componentes ou as marcas linguísticas conectam-se numa relação de interdependência para a formação de uma sequência.

A coerência diz respeito ao modo como os componentes do “mundo textual”, ou seja, a configuração de conceitos e relações subjacentes à superfície do texto é mutuamente acessível e relevante. É ela que faz com que um texto faça sentido aos usuários.

A noção de coerência textual fundamenta-se no sentido enquanto produto de uma interação comunicativa e relaciona-se à interpretabilidade do texto. A coerência depende, principalmente, da interação, mediada pelo texto, entre aquele que produz o texto e aquele que busca compreendê-lo. Há, assim, uma situação de interação que se estabelece entre o produtor/texto/receptor no momento da comunicação.

EXERCÍCIO

Leia o texto abaixo e discuta a seguinte questão no fórum:

Você acredita ser incoerente, sem sentido, o texto “ O Show”, que teria sido produzido por um aluno de 1º grau, calcado no modelo do poema “A Pesca” de Affonso Romano de Sant’Anna? (retirado de Koch e Travaglia, 1997)

O Show

O cartaz

O desejo

O pai

O dinheiro

O ingresso

O dia

A preparação

A ida

O estádio

A multidão

A expectativa

A música

A vibração

A participação

O fim

A volta

O vazio

3.2 LINGUÍSTICA DE/DO DISCURSO

Para abordar o tópico “Linguística de/do Discurso”, teremos por base o texto de Fernanda Mussalim intitulado “Análise do Discurso”, terminologia que consideramos sinônima de Linguística de/do Discurso. Importante destacar ainda que a Análise do Discurso abordada pela autora e que será enfocada aqui trata-se de uma disciplina que se originou na França na década de 1960.

Como autores precursores da Análise do Discurso, Mussalim aponta Jean Dubois (linguista, lexicólogo) e Michel Pêcheux (filósofo envolvido com os debates em torno do marxismo, da psicanálise e da epistemologia). Ambos são influenciados pelas ideias do marxismo e da política, especialmente, quanto a questão da luta de classes, da história e do movimento social.

A metodologia da análise do discurso ocupa-se em analisar construções ideológicas presentes em um texto como textos da mídia e as ideologias que trazem em si. A Análise do Discurso é proposta a partir da filosofia materialista que põe em questão a prática das ciências humanas e a divisão do trabalho intelectual, de forma reflexiva.

Orlandi (2000) salienta, nessa perspectiva que, na Análise de Discurso, a linguagem é linguagem porque faz sentido e, só faz sentido, porque se inscreve na história. A AD visa compreender como os objetos simbólicos produzem sentidos, analisando assim os próprios gestos de interpretação que ela considera como atos no domínio simbólico. Além disso, a AD não estaciona na interpretação, trabalha seus limites, seus mecanismos, como parte dos processos de significação.

Nesse âmbito, o estudo discursivo considera, em suas análises, não apenas o que é dito em dado momento, mas as relações que esse dito estabelece com o que já foi dito antes e, até mesmo, com o não-dito, considerando, também, a posição social e histórica dos sujeitos e para as formações discursivas às quais se filiam os discursos.

A noção de formação discursiva é muito abordada na AD. Ela permite compreender o processo de produção dos sentidos, a sua relação com a ideologia e também dá ao analista a possibilidade de estabelecer regularidades no funcionamento do discurso.

A formação discursiva é definida como aquilo que numa formação ideológica dada – isto é, a partir de uma dada posição numa conjuntura sócio-histórica – determina o que pode e deve ser dito. Por exemplo, palavras iguais podem significar diferentemente porque se inscrevem em formações discursivas diferentes. Segundo Orlandi (2000, p. 45),

...a palavra "terra" não significa o mesmo para um índio, para um agricultor sem terra e para um grande proprietário rural. Ela significa diferente se a escrevemos com letra maiúscula Terra ou com minúscula terra etc. Todos esses usos se dão em diferentes formações discursivas. E isso define em grande parte o trabalho do analista: observando as condições e verificando o funcionamento da memória, ele deve remeter o dizer a uma formação discursiva (e não outra) para compreender o sentido do que ali está dito.

As condições de produção, por sua vez, dizem respeito aos sujeitos e à situação. A memória também faz parte da produção do discurso, ou seja, a maneira como a memória faz valer as condições de produção é fundamental.

Podemos falar em condições de produção em dois sentidos: o estrito e o amplo. No primeiro, temos o contexto imediato; no segundo, incluem o contexto sócio-histórico, ideológico.

Ainda, segundo Orlandi (2000, p. 40),

....as condições de produção implicam o que é material (a língua sujeita a equívoco e a historicidade), o que é institucional (a formação social, em sua ordem) e o mecanismo imaginário. Esse mecanismo produz imagens dos sujeitos, assim como do objeto do discurso, dentro de uma conjuntura sócio-histórica. Temos assim a imagem da posição do sujeito locutor (quem sou eu para lhe falar assim?) mas também da posição sujeito interlocutor (quem é ele para me falar assim, ou para que eu lhe fale assim?, e também a do objeto do discurso (do que estou lhe falando, do que ele me fala?).

Este jogo pode ainda tornar-se mais complexo se fizermos intervir a antecipação, pois levará em conta a imagem que o locutor faz da imagem que seu interlocutor faz dele e do objeto do discurso e assim por diante.

Dessa forma, é que, na Análise de Discurso, procura-se compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, partindo do trabalho social geral, que constitui o homem e sua história.

EXERCÍCIO

Consulte o ambiente ou entre em contato com o seu professor ou tutor para saber mais detalhes sobre as atividades referentes aos assuntos vistos até aqui.

3.3 LINGÜÍSTICA DA CONVERSAÇÃO

Para Dionísio apud Mussalim e Bentes (2000, p. 69), “os estudos mais recentes na área da interação verbal definem a linguagem como forma de ação conjunta, que emerge quando falantes/escritores e ouvintes/leitores realizam ações individuais”. Essas ações se interagem e formam um conjunto. Sempre estamos usando a linguagem, convidando alguém para conversar, puxando conversa um com o outro.

O primeiro livro no Brasil, nesta perspectiva, surge na década de 1980, intitulado *Análise da Conversação*, do professor Luiz Antônio Marcuschi. Essa “conversação” é aqui entendida como todas as formas de “interação verbal” existentes em nossa sociedade.

A Análise da Conversação (AC) consiste numa abordagem discursiva que se originou na década de 1960, ligada aos estudos sociológicos, mais especificamente à Etnomedologia, com os trabalhos de Harold Garfinkel, Harvey Sacks, Emanuel Schegloff e Gail Jeferson.

Conforme Dionísio apud Mussalim e Bentes (2000, p. 71),

dentre as razões que justificam o estudo da conversação, podemos apontar: (i) é a prática social mais comum do ser humano, (ii) desempenha um papel privilegiado na construção de identidades sociais e relações interpessoais, (iii) exige uma enorme coordenação de ações que exorbitam em muito a simples habilidade lingüística dos falantes, (iv) permite que se abordem questões envolvendo a sistematicidade da língua presente em seu uso e a construção das teorias para enfrentar essas questões.

Ao conversar, estamos sempre falando de um ou mais assuntos, um ou mais tópicos discursivos. O tópico discursivo é definido como uma atividade em que há uma certa correspondência de objetivos entre os interlocutores, ou seja, entre as pessoas que estão envol-

vidas naquela momento da conversação. Há assim uma organização tópica que compreende duas propriedades básicas, a saber:

- a. a centração: diz respeito ao conteúdo, ao falar-se sobre algo
- b. organicidade: diz respeito às relações de interdependência que são estabelecidas entre os tópicos de uma conversação.

É importante salientar que a conversa espontânea é construída a cada intervenção dos interlocutores, dos sujeitos envolvidos no processo de conversação. As contribuições dos falantes demonstram uma relação com o curso da conversa, pois essa conversa vai dar-se num processo de produção de sentidos, que é estruturado e motivado.

Ainda conforme Dionísio apud Mussalim e Bentes (2000, p. 72),

Durante uma conversação, recorremos frequentemente a enunciados do tipo “isso me lembra”, “por falar em”, “agora”, “mudando de assunto”, voltando ao assunto” para sinalizar que estamos compartilhando cognitivamente da interação. Ainda empregamos enunciados do tipo “desculpe interromper a conversa de vocês, mas...” quando nos inserimos em interações de que não somos participantes.

Vale lembrar a questão que a conversação natural apresenta variedades no seu grau de formalidade. Há conversações mais informais e outras bem mais formais. Exemplos de conversações informais são as conversas espontâneas, o bate-papo entre amigos e, como formais temos, por exemplo, as conferências acadêmicas.

Quanto ao corpus da Análise da Conversação, vale lembrar que ele deve ser constituído por conversações produzidas em situações naturais. Elas devem ser gravadas ou filmadas, a fim de que o analista, após a sua transcrição e observação, possa comprovar as análises realizadas. Essas transcrições devem ser sempre as mais fieis possíveis das falas dos interlocutores e não interpretações e adaptações do pesquisador.

A Análise da Conversação analisa materiais empíricos, orais, contextuais e leva em conta as realizações entonacionais e gestos ocorridos durante a conversação. O sentido é apreendido também por meio de expressões faciais, entonações, sorrisos, olhares e podem substituir um enunciado linguístico no processo interacional face a face.

EXERCÍCIO

Consulte o ambiente ou entre em contato com o seu professor ou tutor para saber mais detalhes sobre as atividades referentes aos assuntos vistos até aqui.

3.4 REPERCUSSÕES NO BRASIL

Os trabalhos ligados à Linguística Textual, no Brasil, têm entre seus principais representantes Ingedore Koch, Leonor Lopes Fávero, Luiz Carlos Travaglia com obras como: Texto e Coerência, A Coerência Textual, A Coesão Textual, Coesão e Coerência Textuais, entre outras. Os estudos desses autores deram origem a várias pesquisas de graduação e pós-graduação no país.

Já a Análise do Discurso tem, no Brasil, vários estudos de Eni Orlandi, professora pesquisadora do IEL/UNICAMP. Algumas obras dessa autora são: Análise de Discurso: Princípios e Procedimentos, A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso, As formas do silêncio, entre outras. Podemos citar também nomes como Sírio Possenti, Beth Brait que realizam estudos nesta área. Várias pesquisas nos níveis de graduação e pós-graduação têm contribuído para o aprofundamento de questões ligadas à Análise do Discurso.

Quanto à Análise da Conversação, pesquisas têm sido feitas a partir de transcrições de materiais do corpus do Projeto de Estudo da Norma Linguística Urbana Culta (NURC), além de análises de textos orais realizadas por vários pesquisadores brasileiros sobre diversos temas da AC, gramáticas de consulta referentes ao português falado e dissertações e teses nos programas de pós-graduação das universidades brasileiras.

BIBLIOGRAFIA

FÁVERO, L. L. **Coesão e coerência textuais**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1995.

KOCH, I. V. & TRAVAGLIA, L. C. **A coerência textual**. 8. ed. São Paulo: Contexto, 1997.

MUSSALIM, F. & BENTES, A. C. **Introdução à linguística**: domínios e fronteiras. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso** – Princípios e Parâmetros. 2. ed. Campinas: Pontes, 2000.

UNIDADE 4

DESCRIÇÃO E ANÁLISE DA LINGUAGEM

Nesta unidade, apresentaremos a abordagem teórica dos estudos linguísticos com ênfase na teoria sociolinguística. Em seguida, as técnicas e procedimentos, exercício analítico e repercussões desses estudos no Brasil.

4.1 ABORDAGEM TEÓRICA

A análise sociolinguística se ocupa do estudo do *vernáculo* – que é a enunciação e expressão de fatos, proposições, ideias sem a preocupação de *como* enunciá-los. Isso significa dizer que a análise que a linguística faz não tem nenhum interesse em apontar os desvios da norma, os *erros* de fala, como se diz. Seu único objetivo é descrever e analisar as formas como a língua se apresenta em determinado tempo, grupo e posição social. O fato linguístico, portanto, constitui o material básico para a análise da **SOCIOLINGÜÍSTICA**.

4.2 TÉCNICAS E PROCEDIMENTOS

A sociolinguística, como ciência, possui algumas técnicas e procedimentos que serão descritos nesta parte de nosso caderno. Em primeiro lugar, o pesquisador da língua precisa encontrar uma teoria em que possa basear um método e levantar hipóteses acerca de seu objeto. Então são três os pontos principais para uma análise qualquer: uma teoria, um método e um objeto.

Imaginemos uma pesquisa sobre a variante da língua portuguesa usada pelos vendedores e compradores na fronteira com o Uruguai. Para isso, um primeiro passo é definir o objeto de estudo (*variante de fronteira na relação vendedor/cliente*) para, em seguida, escolher uma teoria que aborde o tema, estudá-la e, em seguida, criar métodos (questionários, gravações, etc.) para coletar esse material onde ele existe: na fronteira.

O objeto teórico a ser estudado é a língua portuguesa da forma como se apresenta em contato com o espanhol na fronteira entre o Brasil e o Uruguai. Digamos que nosso pesquisador já tenha uma teoria, já aplicou os métodos e já tem os resultados do objeto (lembramos que, durante esse processo, ele deverá levantar hipóteses, ou seja, criar problemas para depois verificar as soluções que a sua base teórica pode suprir). O próximo passo será comparar tudo o que ele coletou, através dos métodos empregados, com a teoria e ver que hipóteses se confirmam ou não.

Não podemos esquecer que nosso objeto de análise não pode ser programado, ou seja, é preciso analisar a língua como ela é, não

GLOSSÁRIO

Sociolinguística é a ciência que estuda a língua da perspectiva de sua estreita ligação com a sociedade onde se origina. Se para certas vertentes da linguística é possível estudar a língua de forma autônoma, como entidade abstrata e independente de fatores sociais, para a sociolinguística a língua existe enquanto interação social, criando-se e transformando-se em função do contexto sóciohistórico.

como ela deveria ser. Assim, nosso objetivo é examinar a língua usada nos botequins, clubes, parques, roda de amigos, lojas, nos corredores e pátios de escolas, longe da supervisão dos professores e de qualquer necessidade de *falar corretamente*.

Uma pesquisa dessa natureza exige uma grande quantidade de material para que tenha valor e aceitabilidade. Isso faz com que o pesquisador precise ser um observador que não interfira na situação de linguagem, mesmo que sua pesquisa exija resultados específicos. Observe também que a natureza do objeto de estudo sempre precederá o levantamento de hipóteses de trabalho e, conseqüentemente, a construção do modelo teórico. Isso significa que, sem identificar exatamente o que quer estudar, o pesquisador terá dificuldades em levantar hipóteses e, obviamente, embasar teoricamente seu trabalho.

O método de *entrevista sociolinguística* tem o propósito de minimizar o efeito negativo causado pela presença do pesquisador na naturalidade da situação de coleta. É preciso neutralizar a presença do gravador e sua própria presença como estranho à comunidade e isso pode acontecer quando o pesquisador se coloca como aprendiz-interessado na comunidade de falantes e em seus problemas e peculiaridades. Deve-se evitar falar sobre a língua para que os falantes não prestem atenção à sua própria maneira de falar, fazendo com que estejam tão envolvidos emocionalmente com *o que* relatam que prestam o mínimo de atenção ao *como*. Isso fará uma situação natural de comunicação, almejada pelo pesquisador.

Labov propõe um outro método chamado *narrativa*. Nesse método, o informante narra suas experiências pessoais e, ao colocá-las nesse gênero, põe-se totalmente despreocupado com a forma da língua e tão somente em expressar suas experiências. É a mina de ouro do pesquisador sociolinguísta. A desatenção à forma se dá devido a *estrutura da narrativa* que, segundo Labov, é composta de seis partes: resumo, orientação, complicação da ação, resolução da ação, avaliação e coda. Cada uma dessas subpartes é composta de unidades mínimas de narração, denominadas *orações narrativas*. É a sequencia dessas orações que marca a ordenação dos eventos.

SEGREDINHOS DO PESQUISADOR SOCIOLINGÜÍSTA

1. Jamais deixe claro que seu objetivo é estudar a língua.
2. Esclareça que o material recolhido pode ser inutilizado depois e que a identidade do informante não será revelada – a menos que ele permita.
3. Procure acomodar seu comportamento social e linguístico ao do grupo ou da comunidade entrevistada.
4. Procure entrar na comunidade através de terceiros – pessoas já aceitas pelo grupo.
5. Defina muito bem os critérios de seleção dos informantes e não fuja a isso. Por exemplo, serão ouvidas apenas mulheres entre 20 e 25 anos, nascidas na comunidade ou que tenham entrado nela pelo menos com cinco anos de idade.
6. Tome cuidado com o tamanho da amostra. Em alguns casos, o pesquisador precisa de bastante material.

4.3 EXERCÍCIO ANALÍTICO

Neste item, você será responsável por apresentar um exercício analítico, ou seja, você será o pesquisador. Para isso, abaixo encontrará uma pesquisa que deverá desenvolvê-la e enviá-la ao professor.

EXERCÍCIO

Faça uma pesquisa sociolinguística, observando a variedade da língua em sua comunidade de falantes. Defina um objeto de análise, uma metodologia de pesquisa e embase teoricamente. Você receberá maiores orientações do professor e tutores para esse trabalho.

4.4 REPERCUSSÕES DOS ESTUDOS NO BRASIL

Várias pesquisas têm sido feitas no Brasil que abordam a Sociolinguística. Abaixo, segue uma relação de obras que você pode utilizar para aprofundar seus conhecimentos na área:

ALKIMIN, Tânia & CAMACHO, Roberto, 2001. "Sociolingüística", in F. Mussalim & A. C. Bentes (orgs.), **Introdução à lingüística: domínios e fronteiras**, vol.1, São Paulo: Cortez, pp. 21-75.

BAGNO, Marcos, 2001. **A língua de Eulália**: novela sociolingüística. São Paulo: Contexto.

_____, 2001. **Português brasileiro?** um convite à pesquisa. São Paulo: Parábola Editorial.

_____, 2002. **O preconceito lingüístico**: o que é, como se faz. 12a edição. São Paulo: Edições Loyola.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris, 2004. **Educação em Língua Materna**: a sociolinguística na sala de aula. São Paulo: Parábola Editorial (Linguagem 4).

EXERCÍCIO

1. Você acha que um modelo teórico (uma teoria) pode dar conta de todos os fatos lingüísticos disponíveis para a análise? Por quê?
2. Por que a presença do pesquisador causa um efeito negativo no momento da coleta dos dados para a pesquisa? Quem pode minimizar esse efeito?

BIBLIOGRAFIA

TARALLO, Fernando. **A pesquisa sociolinguística**. Ática: São Paulo, 1997.